

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**A MATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LEITURA E DE INTERPRETAÇÃO
NA INTERNET: AUTORIA OU REPRODUÇÃO DO MESMO?**

Dulce Beatriz Mendes Lassen
dbeatryz@gmail.com

Mestranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Este texto constitui a “semente” de uma idéia que está sendo desenvolvida, ainda será repensada e, conseqüentemente, melhor elaborada, com objetivo de que possa constituir parte do projeto de dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem, na Especialidade Teorias do Texto e do Discurso, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Muitos estudos têm sido realizados sobre os processos de leitura e de interpretação aliando discussões sobre a escrita digital, pelos pesquisadores que se filiam à Análise do Discurso de linha francesa. Uma das discussões centrais gira em torno da autoria, que, pelas mudanças proporcionadas pela escrita em rede (hipertexto), tem sofrido uma relativização, ou melhor, há o questionamento de como atribuí-la a alguém, em meio a essa dispersão de textos construídos por “diversas mãos”.

Dessa maneira, o que nos propomos fazer é compreender se o sujeito-leitor se constitui autor, ao deixar comentários em páginas da internet que possibilitam a participação do leitor, como blogs, sites de jornais ou revistas. Para isso, a principal questão a ser discutida é ‘o que é autoria’, ou melhor, ‘o que caracteriza a autoria’. O estudo da autoria exige um percurso pelo que se entende, em AD, por leitura e por interpretação.

A primeira, segundo Pêcheux, é um *trabalho de trituração*, pois é nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais particular de leitura. Entendemos a leitura como um processo de desconstrução e reconstrução de um texto, que é afetado pelas condições de produção, pelo inconsciente e pela ideologia, ou melhor, produzida por um sujeito interpelado ideologicamente e em condições sócio-históricas que devem ser levadas em conta no processo de interpretação. E a segunda, é compreendida como um gesto (um ato

no nível simbólico), um gesto de construção dos sentidos, e, portanto, não de descoberta de sentidos dados ou prontos. Orlandi explica que as noções de leitura e de interpretação não se recobrem, pois a noção de interpretação é mais ampla, sendo a leitura função da interpretação com suas características particulares (1996, p.88).

Interessa-nos também explicitar que o texto, em Análise do Discurso, é o “objeto” a ser lido, é a materialidade linguística afetada por condições de produção, a partir da qual se estabelecerá a prática da leitura. É, ainda, um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações com outros textos e com outros discursos, por isso, em AD, o fechamento de um texto é um efeito, pois sempre há relação com o que já foi dito e o que ainda será dito (INDURSKY, 2001, p.28).

Dito isso, podemos abordar com mais sustentação a noção de autoria. Segundo Orlandi, o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que interpreta (2001, p.97).

O sujeito, então, produz um texto a partir de seu gesto de interpretação, ou melhor, a partir de seu lugar social, organiza diferentes enunciados, recortes textuais e recortes discursivos provenientes do já-dito, e pelo trabalho de textualização dá a esses recortes a configuração de um texto homogêneo com efeito de início, de meio e de fim. Assim, esse sujeito ao dar um efeito de homogeneidade àqueles enunciados provenientes de diferentes regiões do interdiscurso, se coloca na função enunciativa de autoria de um texto, ou seja, exerce a função-autor.

Gallo (2001 p. 69), por sua vez, nos explica que os elementos principais que caracterizam a autoria são a singularidade e o fechamento, o primeiro é garantido pela diferença e o segundo pelo repetível, ou melhor, “a autoria tem relação com o ‘novo’ sentido e, ao mesmo tempo, é condição de maior responsabilidade do sujeito em relação ao sentido que o produz e, por essa razão, de maior unidade”. Segundo ela, a autoria pode ser observada em dois níveis pela Análise do Discurso: em um nível enunciativo-discursivo, que é o caso da função-autor, que tem relação com a heterogeneidade enunciativa e que é condição de todo sujeito e, portanto, de todo acontecimento discursivo; e em um nível discursivo por excelência, que é o caso do efeito-autor, e que diz respeito ao confronto de formações discursivas com nova dominante, verificável em alguns acontecimentos discursivos, mas não em todos.

Orlandi (2001, p.65) enfatiza que a função-autor constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito-imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não-contradição e fim). A isso a autora chamou de textualidade, pois toda vez que se tem esse efeito imaginário de unidade, tem-se a função-autor, colocando imaginariamente o sujeito na origem do sentido e sendo responsabilizado pela sua produção. Para ela, faz parte de nossa ideologia, que o

sujeito seja responsável pelo que diz. E do ponto de vista da variação¹, ainda que o sujeito repita o mesmo, já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à ideologia.

A partir disso, a autora recém citada, faz uma distinção entre a função-autor, que é tida como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, e o efeito-leitor que é tido como unidade (imaginária) de um sentido lido. Segundo ela, tanto a função-autor como o efeito-leitor atestam que no discurso o que existem são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária, assim, o efeito-leitor é uma função do sujeito como a função-autor.

Com isso, passamos a trabalhar não apenas com o sujeito que produz o texto, mas também com aquele que lê, dito de outra forma, passamos a trabalhar com duas funções do sujeito: função-autor e efeito-leitor. Este, como já dissemos, irá ler uma materialidade aparentemente plana e uniforme, “costurada” com muitos enunciados provenientes de várias regiões do já-dito. Dessa maneira, consideramos que a prática da leitura se dará sobre o texto produzido pelo sujeito-autor, ou melhor dizendo, pela função-autor, assim, o sujeito-leitor a partir de sua posição-sujeito e de determinadas condições de produção vai operar a “desconstrução” do efeito-texto produzido pela função-autor. Ao mesmo tempo, vai “reconstruir” o texto produzindo sentidos, constituindo assim o efeito-leitor.

Para Indursky (2001, p. 39) o trabalho discursivo do sujeito-leitor é desconstruir o efeito-texto, produzindo “brechas” em sua estruturação, os quais se constituem pelo atravessamento da interdiscursividade. Essas “brechas” são preenchidas pela prática discursiva da leitura, à luz da memória discursiva. Nesse trabalho do sujeito-leitor o texto é ressignificado, dele resultando a reconstrução de um novo efeito-texto. Ainda segundo a autora citada, o sujeito-leitor emerge desse processo como um sujeito-autor, pois ele passa a organizar as diferentes vozes anônimas da interdiscursividade que atravessam e dão sustentação à sua prática de leitura, assumindo a responsabilidade pela produção de um novo efeito-texto, re-significado por sua produção de leitura, tão heterogêneo e provisório quanto aquele que lhe deu origem.

Com isso em vista, situamos que, neste momento, nos basta a definição de texto da AD, pois embora estejamos diante de uma materialidade diferente daquela do texto impresso, no texto online, para interpretar, o sujeito-leitor também vai desconstruindo o texto, seja permanecendo na mesma página ou, por meio de hiperlinks, acessando outros textos, fazendo emergir a heterogeneidade constitutiva do discurso, e (re)construindo um novo texto, à medida que produz sentidos.

Não entraremos, portanto, neste texto, no mérito de discutir a questão do hipertexto, mas temos sempre em vista que “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições-sujeito, com diferentes formações-discursivas” (ORLANDI, 1996, p.14), e isso é próprio do hipertexto, pois ele constitui uma

¹ Para Orlandi (1996, p. 65), variação é o princípio segundo o qual todo o texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação.

materialidade diferenciada do texto impresso, não só por estar na internet, mas, especialmente, por possuir hiperlinks que podem levar o leitor a uma infinidade de textos ou discursos outros e, assim, à produção de sentidos também outros.

Diante do que expusemos acima, podemos afirmar que o sujeito-leitor de jornais ou revistas online e de blogs pela sua prática discursiva de leitura é um sujeito-autor. Nesse momento colocamos nossa questão: o sujeito-leitor, ou considerando o que explica Orlandi, o efeito-leitor quando materializa sua leitura e sua interpretação com comentários a respeito dos textos lidos, exerce também autoria ou reproduz o já-dito?

Orlandi explicita que o autor se insere em um espaço de interpretação que deriva da relação com o interdiscurso, e esse gesto de interpretação, o constitui autor. A produção de um texto – peça significativa – se dá por um gesto de autoria, e resulta da relação dessa peça significativa com a exterioridade. Nesse sentido, que segundo ela, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação (1996, p.15).

Por isso, a autora citada enfatiza que a informatização, a prática da escrita de textos no computador, transforma efetivamente a relação do autor com sua escrita, em função da mudança da materialidade da memória discursiva (op.cit. p. 17). E disso deriva nosso questionamento.

Os pressupostos teóricos, até agora apresentados, ainda não nos permitem respostas efetivas para a questão que elaboramos. Podemos produzir, em um primeiro momento, uma breve conclusão a respeito dela.

Assim, produzimos a seguinte formulação. O sujeito ao ler e interpretar, ou melhor, ao desconstruir e reconstruir o efeito-texto, segundo Indursky, exerce a função-autor. Orlandi, por sua vez, nos explica que há um efeito-leitor, que seria, como a função-autor, uma função de todo sujeito. De acordo com o que estamos nos questionando, a respeito da materialização dos processos de leitura e de interpretação, ou seja, dos comentários dos leitores deixados em espaços destinados a isso na internet, teremos então um sujeito que lê e produz sentidos, e que se caracterizaria por ser o efeito-leitor, ao mesmo tempo em que, ao escrever seu comentário exerceria, portanto, a função-autor de um ‘novo’ texto.

Diante das nossas indagações ainda iniciais, não podemos afirmar que esse leitor-comentador é efetivamente autor ou não, mas se levarmos em conta as considerações de Orlandi poderíamos considerá-lo na função de autor, se construísse um texto com um efeito de unidade, mesmo que repetisse o mesmo. Isso se reforça se pensarmos que também no plágio se mantém a produção discursiva da autoria, pois o sujeito que plagia é ainda um sujeito. (2001, p.65).

Segundo essa autora, há formas históricas da função-autor diferentes umas das outras (...) porque a relação do sujeito com a linguagem pode se transformar. E, embora, possam ser levantados questionamentos a respeito da natureza da memória aí envolvida, possivelmente de uma memória metálica, isso não quer dizer que não haja produção de autoria. Esta, poderá ser de outra natureza, porque a natureza da materialidade da memória é outra. E, como sabemos, em discurso, distintas materialidades sempre determinam diferenças nos processos de significação (1996, p.17).

Pontuamos também, para finalizar essa reflexão, que fizemos apenas considerações a respeito de como poderíamos pensar a questão da autoria desse sujeito que lê e deixa sua interpretação materializada na rede. Não apresentamos, portanto, ainda nenhuma análise, visto que, como explicitamos acima, as considerações ainda estão em uma fase muito inicial.

Referências bibliográficas

GALLO, Solange L. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.1, n.2, p. 61-70, jan-jun/2001

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNEST-PEREIRA, A., FUNCK, S. B. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.